

A CRISE NA ROMA DO SÉCULO I AEC E AS FINANÇAS: IDEOLOGIA E DOMINAÇÃO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

THE CRISIS IN 1st CENTURY BCE ROME AND THE FINANCES: IDEOLOGY AND DOMINATION IN THE ANCIENT MEDITERRANEAN

Ian Cartaxo Machado⁴⁹

RESUMO

O presente artigo tem como função abordar reflexões acerca do papel do endividamento para as elites dominantes de Roma no século I AEC, para perpetuar sua dominação no Mediterrâneo Antigo. Nosso objetivo é apresentar que a intermediação financeira era uma ferramenta utilizada por membros das elites romanas para “legitimar” o uso político e financeiro do endividamento, tanto a partir de um matiz cultural quanto da coerção física.

Palavras-Chave: Roma. Ideologia. Mediterrâneo Antigo. Dívidas. Dominação.

ABSTRACT

This article aims to address reflections on the role of indebtedness for the ruling elites of Rome in the 1st century BCE in perpetuating their domination in the Ancient Mediterranean. Our objective is to show that financial intermediation was a tool used by members of the Roman elites to “legitimize” the political and financial use of indebtedness, both from a cultural perspective and through physical coercion.

Keywords: Rome. Ideology. Ancient Mediterranean. Debts. Domination.

⁴⁹ Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), mestre em História Econômica pela FFLCH-USP (2024), bacharel (2021) e licenciado (2022) em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: iancartaxo@usp.br.

INTRODUÇÃO

No presente artigo se buscará fazer uma análise do século I AEC, mediante a ambientação no tempo e no espaço da Roma da época, para adentrarmos nas reflexões acerca do uso cultural e político da intermediação financeira.⁵⁰

Posteriormente, iremos demonstrar quais as implicações que o endividamento poderia ter nas relações sociais dos romanos. Apresentaremos uma breve discussão sobre o papel que os intermediários das finanças (GAIA, 2018, p. 654; VERBOVEN, 2008, p. 212-213) poderiam ter naquela formação social.⁵¹ Assim como iremos argumentar que a justificativa da existência daqueles agentes era oriunda da ideologia⁵² conservadora das elites, as quais justificavam o emprego desses homens para cobrar suas dívidas e exercer a coerção sobre os demais povos do Mediterrâneo Antigo.

Assim, para os fins propostos neste artigo, este será dividido em quatro partes. Na primeira iremos fazer uma introdução das contradições sociais prementes na Roma tardo-republicana e questionaremos o sentido historiográfico do emprego da intermediação financeira para perpetuar a dominação social das elites romanas no Mediterrâneo Antigo do século I AEC. Na segunda seção iremos traçar considerações das implicações sociopolíticas das *tabulae novae*, ao explorar a historiografia sobre o tema e examinar a Crise Catilinária como exemplo da conexão entre crises políticas e crises da dívida no período (FREDERIKSEN, 1966, p. 130). Na terceira seção será feito um balanço desse século ao considerar seus impactos políticos e sociais analisados à luz das questões financeiras, para podermos apurar se aquele foi de fato um século de crise.

⁵⁰ Fizemos uma discussão semelhante em artigo publicado anteriormente intitulado *Violência e Finanças no Mediterrâneo Antigo: Alguns dos Conflitos Sociais e Políticos do Final da República Romana* (2023), publicado pela *Revista Portuguesa de Humanidades*. Ao trazer novos elementos não debatidos no trabalho mencionado acima, procuraremos, com este trabalho, demonstrar novas reflexões sobre este tema. Porém, deve ser feita a ressalva que a discussão do presente trabalho é fruto de resultados iniciais de nossa pesquisa durante o curso do Mestrado (2022-2024), sendo reflexo específico do período entre os anos de 2022 e 2023.

⁵¹ Nossa mobilização da categoria de “formação social” em distinção daquela, por exemplo, de “sociedade”, é derivada da ideia de Nicos Poulantzas. No caso, a ideia de que não existe um todo homogêneo em uma organização social, como o uso do conceito de “sociedade” poderia indicar, mas que, em si, ela é feita de uma série de relações complexas que pressupõem uma lógica interna funcional (POULANTZAS, 1977, p. 12).

⁵² O debate sobre o conceito de “ideologia” é muito complexo e perpassa diversas concepções convergentes e divergentes. Para os fins desse artigo, nós entenderemos “ideologia” como “um sistema de crenças características de uma classe ou grupo em particular” (WILLIAMS, 1977, p. 55).

A última parte do artigo será dedicada às relações geopolíticas entre Roma e o Egito naquele século. Nesta seção, examinaremos o discurso de Cícero em defesa de Rabirio Póstumo e discutiremos a relação de dominação que os romanos estabeleceram com os egípcios por meio, inclusive, da atuação dos intermediários financeiros.

O FINAL DA REPÚBLICA ROMANA E O MEDITERRÂNEO ANTIGO DO SÉCULO I AEC

Sem a disputa com os cartagineses, derrotados nas Guerras Púnicas que ocorreram em séculos anteriores, Roma passou a exercer uma dominação de forma cada vez mais extensa sobre os diferentes grupos sociais do Mediterrâneo Antigo. Objetivamente, as Ordens Senatorial e Equestre, as quais compunham a elite de Roma, passaram a exercer uma dominação sobre elites dominantes de outros povos, como grupos nobiliárquicos do Mediterrâneo Oriental e elites regionais de províncias romanas.

Porém, coincidentemente, esse foi também um momento em que se anunciaram as transformações políticas e até mesmo sociais no seio da formação social romana. Processo iniciado em fins do século II AEC com os irmãos Graco, o que se intensificou em decorrência das reformas marianas, na Primeira Guerra Civil e na ditadura de Sila. Esse primeiro momento – que durou aproximadamente 50 anos – possuiu elementos que impactaram uma série de modificações estruturais na organização política de Roma, o que seria observado nos seguintes aspectos: cada vez maior centralização e influência do poder de determinados membros da Ordem Senatorial em vinculação à Ordem Equestre; a formação de exércitos regulares leais a esses indivíduos; complexificação das disparidades sociais; brutalidade para com os inimigos; reformas legislativas.

Naquele cenário de modificações da organização social romana, passaram a interferir mais recorrentemente nas relações sociais os agentes financeiros conhecidos como *faeneratores*. Esses personagens eram, grosso modo, emprestadores de dinheiro a juros. Eles eram, portanto, profissionais das finanças que se notabilizaram em atuar como credores. Mas, apesar de agirem como credores oficiais, o seu papel na cena de Roma foi marcado por atuarem como intermediários financeiros da Ordem Senatorial, núcleo dirigente da elite dominante da época. Sobre isso, Nicholas Rauh fez a seguinte observação:

Se a visão tradicionalmente aceita de que os senadores romanos eram legal e eticamente proibidos de se envolver em atividades comerciais não agrícolas, como contratação, comércio e empréstimo de dinheiro, for válida diante de exemplos como este, então parece evidente que os senadores deviam contar com clientes, parentes e amigos não senadores para se envolverem nessas atividades por eles (RAUH, 1986, p. 4).

Nesse sentido, a elite romana era movida por uma ideologia que a impelia a não atuar diretamente em nenhum ofício, sobretudo os que exigiam esforço manual, comércio local e empréstimo de dinheiro a juros (GAIA, 2018, p. 653). Essa filosofia, defendida por Cícero no tratado *De Officiis*, reforçava que a ocupação digna de um cidadão deveria ser a agricultura e ocupações voltadas para a discussão política e intelectual, logo, em um estado de *otium cum dignitate*:

Os meios de vida que são rejeitados como indesejáveis são aqueles que vão levar o mal às pessoas, como os cobradores de impostos e os usurários. Não é próprio de um cidadão, e também vulgar, os meios de vida ligados aos trabalhadores assalariados, os quais pagamos pelo trabalho manual. (...) de todas as ocupações em que o ganho é seguro, nenhuma é melhor que a agricultura, nenhuma é mais rentável, mais maravilhosa nem própria de um homem livre (Cic. *De Off.* I, 42).

Porém, essa formulação de Cícero era contraditória com sua prática social, pois os membros da elite detinham participação indireta em diversos negócios rentáveis, dentre eles o empréstimo de dinheiro a juros. Com fins de atuar nesse sentido, os *faeneratores* agiam como os intermediários da elite em assuntos afins. Mas, o que se apresenta na documentação é que chamar um membro da elite dominante de *faenerator* era considerado um xingamento (GAIA, 2018, p. 656). Todavia, o que acabava sendo notório – e está presente na documentação – era a participação de alguns membros da Ordem Equestre como intermediários financeiros, sobretudo nas províncias e junto a povos aliados, como ficou determinado na seguinte passagem de Koenraad Verboven:

Além dos banqueiros depositários, existia uma variedade de especialistas financeiros, geralmente chamados de *faeneratores*, cuja contribuição para o sistema financeiro era crucial, mas que não constituíam uma categoria socioprofissional reconhecível. Alguns *faeneratores* eram cavaleiros romanos e moviam-se à margem da ordem senatorial, praticando *faeneratio* em

grande escala política, emprestando dinheiro a nações estrangeiras, cidades e reis (VERBOVEN, 2008, p. 213).

Por consequência, consideramos central analisar o *modus operandi* desses intermediários. Os intermediários financeiros se notabilizaram por cobrar juros acima do *maximum uncium*.⁵³ Vale ressaltar que agiam com violência e truculência. Porém, o ponto determinante ao analisarmos a função social desses agentes financeiros e seu método coercitivo de empregar os interesses da *nobilitas* é entender que eles existiram, justamente, por consequência da ideologia dominante que legitimou o seu papel nas relações sociais. Ou seja, analisamos as questões econômicas quando inseridas em uma totalidade,⁵⁴ em conjunto com as questões culturais, simbólicas e cotidianas, às questões econômicas e políticas, o que permite ao historiador potencializar sua análise das contradições sociais.

Na toada coercitiva da política, já nos anos de 89-88 AEC, Roma testemunhou um conflito significativamente sangrento. Tratou-se do conflito entre os *faeneratores* e os *debtores* em torno de uma disputa legal sobre o pagamento ou não de dívidas. No caso, em uma contenda legal, diversos endividados – potencialmente da elite romana – utilizaram um precedente jurídico para não pagar suas dívidas, no caso uma lei – provavelmente em desuso – que dizia que dívidas usurárias não poderiam ser cobradas naquele contexto (GAIA, 2016, p. 36). Para serem atendidos fizeram um apelo ao Pretor Aulo Semprônio Assélio. Como relatou Deivid Gaia, o comum em casos assim era a autoridade legal tomar parte dos credores, o que não aconteceu nessa disputa (GAIA, 2016, p. 42).

Os credores, dos quais, argumenta-se, tenham sido *faeneratores*,⁵⁵ fizeram uso do argumento de que as dívidas precisavam ser pagas, exaltando o costume. Sobre essa disputa entre o “costume” e a “lei” imperou o costume, como analisou Gaia:

⁵³ A taxa de juros máxima, como observou Jean Andreau, foi fixada em 12% ao ano (ANDREAU, 1999, p. 91).

⁵⁴ Seguimos, assim, a concepção de historiografia defendida por Ciro Cardoso e Pierre Vilar, segundo a qual a análise de um historiador economista não se restringe ao “fato econômico”, mas incorpora este ao todo social, o que exige do historiador que ele procure se apropriar de elementos diversos - presentes na cultura, economia, política, etc. - que compõem o “todo social”, a totalidade, para entender o funcionamento da formação social que seja analisada por ele (CARDOSO, 1994, p. 1978; VILAR, 1982, p. 9).

⁵⁵ Segundo Jean Andreau: “Embora a palavra *fenerator* pudesse, em todos os períodos, ser aplicada a qualquer pessoa que concedesse empréstimos com juros, muito cedo passou a designar, em particular,

A *lex valeria*, de Valério Flaco, tinha como objetivo pôr fim aos problemas financeiros, oferecendo aos devedores uma alternativa para saldarem suas dívidas, haja vista que os juros estavam altos. (...). De toda forma, tudo indica que os devedores de 89 a.C. até 86 a.C. não tinham quitado suas dívidas. Dessa forma, se a *lex Valeria* estiver ligada à crise de 89 a.C., significa que os *faeneratores* triunfaram, no sentido que esta lei é uma prova contundente que o costume venceu a pretensa lei antiga, e três anos depois, os devedores ainda se esforçavam para pagar suas dívidas. (GAIA, 2016, p. 39-40).

A consequência dessa contenda foi o assassinato de Semprônio Assélio, com grandes chances de ter ocorrido a mando dos credores, e com a confirmação de que, mesmo anos depois e, após outros conflitos envolvendo dívidas e endividamento, esses *debitores*,⁵⁶ muito provavelmente, ainda não teriam conseguido quitar suas dívidas, se é que algum dia o fizeram. É possível cogitar que aqueles agentes agiam a mando de homens da elite dominante da época, ou seja, eram intermediários financeiros dos credores de fato. Isso modifica a função social da violência, pois não é apenas violência aleatoriamente empenhada para atender às demandas objetivas do pagamento de dívidas; ao se analisar dialeticamente, torna-se uma “justificativa” da forma que operava a organização social de Roma. É uma expressão da força, do poder e da dominação de determinados grupos sobre outros,⁵⁷ pois nem mesmo um pretor entraria no caminho de modificar como operavam as coisas.

ABOLIÇÃO DAS DÍVIDAS E A CONJURAÇÃO CATILINÁRIA

A respeito de Catilina diversos autores no século XX debruçaram-se sobre o debate. Para os propósitos deste trabalho, nos ateremos a alguns que se referiram de forma mais direta às políticas ditas populistas envolvendo endividamento, crises de endividamento, etc. Iniciemos, portanto, por Zvi Yavetz, que em seu artigo *The Failure*

homens especializados em emprestar dinheiro, ou agiotas. No final da República, certos membros das duas grandes ordens obtinham uma parte não negligenciável de sua renda da concessão de empréstimos com juros. Na época de Cícero, esse era certamente o caso de Q. Consídus, que provavelmente era senador. (Na época da conspiração de Catilina, dizia-se que ele detinha dívidas no valor de quinze milhões de sestércios.) Mas um membro da elite (sem falar de um senador) nunca era um profissional.” (ANDREAU, 1999, p. 11). Para mais, cf.: VERBOVEN (2015, p. 2654-2655).

⁵⁶ Os endividados ainda poderiam ser expostos publicamente, por meio da publicização de seus títulos de dívida na coluna Mênia, indicando sua solvência e crédito perante seus credores. (ANDREAU, 1999, p. 12).

⁵⁷ Domínio social para nós é, portanto, tanto o uso objetivo da força e da coerção quanto o uso subjetivo da cultura e dos costumes para impor os preceitos defendidos pelas elites dominantes. Estamos, assim, em conformidade com a definição gramsciana dessa categoria, cf. CC, v. 3, §3, p.23; CC, v. 4, §4, p. 273.

of the Catiline Conspiracy definiu, a partir da análise ciceroniana, os grupos em apoio de Catilina como sendo (YAVETZ, 1963, p. 488):

1. Aqueles que, apesar de estarem muito endividados, possuem bens ainda maiores. A aparência desses homens é muito honesta, pois são ricos, mas suas intenções e seus princípios são dos mais vergonhosos... Esses homens são os menos temíveis, pois é mais provável que ataquem o Estado com orações do que com exércitos.
2. Aqueles que, apesar de estarem pressionados por dívidas, ainda esperam governar. Eles desejam ser senhores do Estado.
3. Homens das colônias estabelecidas por Sila.
4. Alguns camponeses pobres, com poucos recursos, que esperam que as confiscações sejam renovadas.
- 5. Aqueles que estão cambaleando sob dívidas antigas, em parte por causa de sua preguiça, em parte por maus negócios, em parte por extravagância.**
6. Parricidas, assassinos e todos os tipos de criminosos) (grifos nossos).

Nessa listagem daqueles que teriam sido potencialmente os apoiadores de Catilina, Yavetz, particularmente no eixo 5, reproduz uma breve observação de Cícero na segunda catilinária, sobre, precisamente, alguns endividados em desgraça serem sumos apoiadores dos projetos de Catilina de mudança social. Mas quais seriam essas mudanças? A abolição das dívidas, as *tabulae novae*.

Sobre esse quesito, Ian Harrison, em seu artigo *Catiline, Clodius and Popular Politics in Rome* (HARRISON, 2008, p. 98), observou que, segundo Cícero, o desejo e clamor pela abolição das dívidas era extremamente intenso no ano de 63 AEC, ao que ele vincula ao que supõe ser o slogan da campanha revolucionária de Catilina, as “*tabulae novae*” (HARRISON, 2008, p. 99). Isso demonstra para o pesquisador que de fato a política da abolição das dívidas fora utilizada ativamente por Catilina e que existia um apoio sólido a favor dessa reforma financeira. Em uma formação social em que a dívida interna é tão elevada, e a insolvência seria tida como perda de status para quem fosse da elite dominante, essa política pública tenderia a ganhar força.

Nessa lógica, Yavetz traça um interessante diagnóstico em relação ao contexto que estabeleceu as bases para esse programa de reformas de Catilina:

Não é de se admirar que, nessas condições, os grandes credores, que pertenciam aos Equestres, fossem extremamente impopulares e até mesmo a proposta de Ótho relativa aos assentos especiais para os Equestres tenha gerado vaias e até mesmo tumultos. O ódio geral aos credores levou a uma propaganda popular contra o pagamento de dívidas. Cícero afirma: “Nunca medidas para a repudição de dívidas foram tão vigorosamente agitadas

como durante meu consulado”, e embora possamos contestar o “nunca” de Cícero, não podemos descartá-lo totalmente. Podemos concluir, portanto, que Catilina usou o slogan que parecia mais atraente na atmosfera predominante em Roma em 63 a.C. (YAVETZ, 1963, p. 492).

As *tabulae novae* certamente se fizeram presentes em outros momentos da história romana e, segundo autores como J.P Royer, quase sempre associadas como ações demagógicas com fins de se impor uma coerção política. Como exemplo, Royer em famoso artigo *Le Problème de dettes a la fin de la République romain* (ROYER, 1967, p. 405-407), ao analisar uma mesma plataforma política anos após o ocorrido, utilizada naquele momento pelo ex-genro de Cícero, Dolabella, afirma assertivamente que: “Alguns meses depois, uma terceira revolta dos devedores, liderada por Cn. Dolabella, que se tornou adversário de César, ensanguentou o Fórum. O ex-genro de Cícero retomou os projetos demagógicos de Célio sobre as dívidas.” (ROYER, 1967, p. 442). O autor, portanto, ainda rememora um outro caso para além de Catilina que envolveu a propaganda da política de abolição de dívidas. O que Royer pontua, seguido pela bibliografia em geral, é que essa política estava relacionada com propostas demagógicas e sem a intenção de executá-las de fato. E quem estivesse pautando-as estaria, portanto, intencionado a avançar politicamente ou adquirir demais vantagens sociais com algum figurão do momento.

Em outra medida, Adalberto Giovannini, em um artigo intitulado *Catilina et le probleme des dettes*, sobre essa temática, vai ter um tom mais cauteloso sobre o programa de Catilina e suas motivações (GIOVANNINI, 1995, p. 30). Giovannini esforça-se em seu artigo para defender a memória de Catilina. O autor tece uma revisão crítica da historiografia e questiona objetivamente as motivações por trás das caricaturas que foram montadas por Cícero e Salústio. E sobre as *tabulae novae*, para Giovannini, não se tratava explicitamente de uma abolição das dívidas *stricto sensu*, mas apenas uma reforma da taxa de juros cobrados nas dívidas.

No caso, o uso que fazemos dessas diferentes abordagens sobre o que teriam sido as *tabulae novae* tem o objetivo de fornecer mais elementos aos nossos questionamentos sobre a função social do endividamento, dos intermediários e das finanças na Roma tardo-republicana. Uma consideração dialética nos potencializa o questionamento das fontes mediante a ideia de que a reformulação – ou abolição – das

dívidas poderia impactar na organização social, política econômica e cultural dos romanos, em particular, dos membros da elite. Portanto, questionamos o que uma transformação mais disruptiva – ou melhor, a sua sugestão demagógica – poderia impactar na formação social como um todo. Isso é central para qualificar nossas reflexões sobre tal temática na economia romana.

UM SÉCULO DE CRISE?

Uma importante pergunta que deve ser feita pelo pesquisador que examina o século I AEC é se ele de fato foi um século de crise. Para chegar a esse questionamento, procuramos desenvolver uma ambientação do século em si, sobre sua conjuntura político-econômica e social. Ao investigar as relações infraestruturais de Roma no século I AEC, compreendendo todas as mudanças, disputas e questões que emergiram nas consequências das reformas marianas (ALFÖLDY, 1996, p. 120) – portanto da criação de exércitos regulares leais a um líder carismático⁵⁸ – e no imediato pós-ditadura de Sila, Gèza Alföldy analisou o seguinte:

(...) Os fundamentos econômicos da ordem social, em linhas gerais, continuaram sendo os mesmos que existiam desde a época da Segunda Guerra Púnica. (...) produção agrícola, que era realizada nas grandes propriedades, mas também nas pequenas heranças dos colonos agrícolas e nas modestas parcelas dos camponeses pobres. (...) a manufatura amplamente desenvolvida e o comércio, ligados a uma forte atividade empresarial, às transações com o exterior e à economia monetária, bem como a mineração, desempenharam um papel considerável (ALFÖLDY, 1996, p. 131).

O autor de *História Social de Roma* reforça o ponto de que, além de outros setores da economia como a produção agrária, manufatura e mineração, também a política monetária desempenhou um importante papel nesse contexto. Nós buscamos demonstrar em nossa interpretação da constituição das relações sociais de produção em Roma⁵⁹ que as ferramentas financeiras, as transações de crédito e o endividamento,

⁵⁸ Sobre “dominação carismática”, cf. WEBER, 2009, p. 161. Max Weber ainda incorre no equívoco de estabelecer que o “carisma puro é especificamente alheio à economia” (WEBER, 2009, p. 160), concepção que vai acabar em acordo com uma posição de Moses Finley sobre a Economia Antiga: FINLEY, 1999, p. 23.

⁵⁹ Sobre isso, Antonio Gramsci escreve o seguinte, no caderno 15: “Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir movimentos orgânicos (permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de

detinham um papel importante nas relações de exploração e, principalmente, nas relações sociais de produção dos romanos. Ainda que o foco principal da produção fosse a agricultura.

O que fica demonstrado é que de fato o século I AEC foi um século de crise. Foi um século que proporcionou diversas transformações no cenário político e social de Roma, mas também, que “o sistema social vigente não sofreu alterações essenciais, mas apenas modificações em alguns aspectos; (...) manteve-se inabalável, em linhas gerais, o modelo de sociedade dominada por camadas altas muito reduzidas numericamente e com características estatais” (ALFÖLDY, 1996, p. 131).⁶⁰ Ora, essa interpretação coloca como possibilidade que, apesar das disputas políticas que se avizinharam no século I AEC, ainda assim, a maneira com que se organizava a formação social não havia se alterado tanto. Eram mantidas na composição social romana as Ordens da elite, os libertos, os livres e os escravizados. No entanto, quando se pensa a organização interna das elites, em decorrência sobretudo da Guerra Social:

(...) as alterações na composição interna das diferentes camadas sociais, resultado dessa flutuação, foram, em última análise, as consequências sociais mais importantes dos conflitos da República tardia. (...). Os itálicos ficaram plenamente integrados no sistema social romano. (...) também nas províncias se deram os primeiros passos para a integração. (...) colonização itálica nas províncias (...) outra via (...) concessão do direito de cidadania romana aos membros das camadas superiores indígenas nas províncias. (ALFÖLDY, 1996, p. 135).

Todavia, ainda no desafio de se compreender estruturalmente o que era essa dominação de certos grupos sociais em Roma, como operava e como se dava, Alföldy nos dá outra pista para aprofundamento, no que tange à ideologia dominante:

Também não se desenvolveu uma nova ideologia que servisse de coesão para toda a sociedade: o *mos maiorum*, mesmo para a aristocracia senatorial, havia deixado de ser há muito tempo o único sistema de referência, apesar do que os teóricos da época lamentariam a decadência desse código de

conjuntura (ocasionais). Ainda que os fenômenos conjunturais dependam de movimentos orgânicos, mas elas não possuem um amplo alcance histórico: sendo de curto prazo.” (CC, v. 3, § 17, p. 36). Gramsci, portanto, diferencia os tempos históricos, o contexto, ou conjuntura, seria algo de curto prazo influenciada pela “baixa política” e a temporalidade orgânica, por outro lado, seria a de longo prazo.

⁶⁰ Em outra medida, Harriet Flowers compreende que a crise que acometeu o final da República não tinha uma particularidade. A autora defende, ao contrário, que houvera diversas “Repúblicas” e que o que poderia ser considerado como elementos de “crise” para o século I AEC, na verdade, teria estado presente há séculos em Roma (FLOWERS, 2010, p. 10).

valores, e as correntes espirituais determinantes se proporião a revitalizá-lo, mas nunca substituí-lo por novos ideais. (...) novo quadro político: monarquia. (ALFÖLDY, 1996, p. 132) (tradução nossa).

Para Alföldy, a ideologia dominante não sofreu tantas alterações nesse ínterim. Entretanto, a reorganização política e as novas formas de disputas políticas – que tiveram direta consequência das reformas de Mario e da brutalidade da ditadura de Sila – além das convulsões sociais ao longo do século I AEC, tiveram relevância na transformação por que passou a República Romana. O enfoque no papel da política como razão do fim da República compõe a tese de Alföldy, apresentada em *História Social de Roma* (ALFÖLDY, 1996, p. 140).

Em outra medida, Yavetz, em seu clássico livro *Plebs and Princeps*, ao tentar fazer uma análise do comportamento das massas urbanas na República tardia e no início do Principado, colocou que:

Não há dúvida de que as reações intensas das massas se deviam ao estresse econômico originado por várias causas: o peso das dívidas, o aumento das taxas de juros, a escassez de moradias (resultante do colapso de casas, incêndios ou inundações do rio Tibre), o aumento dos aluguéis, a cobrança rigorosa de impostos e, acima de tudo, o sofrimento causado pela fome. Os motins mais turbulentos ocorreram quando as rotas de abastecimento para Roma foram interrompidas e a plebe urbana sofreu com a fome (YAVETZ, 1969, p. 33).

A análise de Yavetz é importante por fornecer mais um elemento sobre os motivos de revoltas que poderiam surgir. Yavetz, como é perceptível, entende que o peso do endividamento é um fator determinante para a plebe romana.

Ainda assim, ao se falar de “endividados”, *debitores*, de quem se está falando? É importante pontuar que não existe um consenso sobre isso. Mas, considera-se de forma geral que os grupos sociais subalternos⁶¹ certamente sofriam um grande impacto das consequências das crises de endividamento, e, segundo Deivid Gaia:

Nesse sentido, para o autor [Emílio Gabba] os credores faziam parte do grupo dos profissionais da finança, como escreveu Lívio (os *faeneratores*), e os devedores eram aristocratas. O historiador alemão Gustav Billleter, uma das maiores autoridades sobre o assunto, em sua obra intitulada *Geschichte des Zinfusses im griechisch-romischen Altertum bis auf Justinian* desfende que os

⁶¹ “Grupos subalternos” são aqui entendidos como os grupos sociais dominados, segundo definição de Antonio Gramsci: CC, v. 5, §5, p. 139-141.

endividados eram realmente os membros da elite. Por outro lado, Claude Nicolet, em *L'ordre equestre à l'époque républicaine*, acredita que, seguramente a elite era a mais endividada, mas com certeza a plebe urbana também sofreu com os efeitos da crise. De toda forma, não há como negar que os endividados eram, sobretudo, aqueles que faziam parte das camadas superiores da sociedade romana; as ordens senatorial e equestre. Certamente, também há de se ressaltar que em toda crise financeira todos são tocados pelos seus efeitos diretos ou indiretos (GAIA, 2016, p. 38).

Portanto, a posição de todos os autores supracitados entra em conflito com a de Yavetz, o qual enfoca sua análise no impacto que as crises da infraestrutura teriam no que o autor entende como “povo”, centrando-se nos mais pobres. Tendemos a concordar com as posições de Gaia e Claude Nicolet, especificamente porque esses autores, diferente de Gustav Billeter, por exemplo, não limitam sua análise à elite romana: ao contrário, colocam que os endividados eram em sua grande maioria das velhas ordens, mas realçam que o impacto mais duro de uma crise de dívidas, sem dívidas, seria sentido pelos mais pobres. Discordamos da posição de Yavetz, que pretende dar certo enfoque aos endividados como parte desse amálgama desconexo e sem delimitação qualificada chamada “povo”,⁶² tendo nisso um problema objetivo: a análise das fontes, que são em sua maioria de origem dos grupos dominantes da época e raramente procuraram inserir os grupos subalternos na cena dos endividados.

Finalmente, observamos que o século I AEC compreendeu transformações do poder, consolidação da influência da Ordem Equestre e modificação da forma que as disputas políticas se deram entre indivíduos da elite – consequência direta das reformas marianas e da ditadura de Sila. E foi um século que, por seus diversos elementos, teve como ponto alto o fim da República Romana e a ascensão do Principado.

Contudo, um elemento precisa ser elucidado para que se tenha em mente todas as peças do tabuleiro que se está montando sobre a função social dos intermediários,

⁶² Sobre o conceito difuso de “povo”, debatendo as diferenças de classes (campesinato e operariado), Lukács analisa o seguinte: “(...) era preciso distinguir as duas classes, acabando com sua fusão no conceito de ‘povo’. (...) O confuso e abstrato conceito de ‘povo’ tinha de ser eliminado, porém, apenas para permitir que do entendimento concreto das condições de uma revolução proletária surgisse o conceito – revolucionariamente diferenciado – de povo como aliança revolucionária de todos os oprimidos” (LUKÁCS, 2012, p. 43). Essa observação de Lukács, por mais longínqua no tempo-espaço que possa parecer, é um exemplo de análise dialética de uma realidade concreta. Portanto, se capta objetivamente os objetivos específicos de diferentes grupos sociais. Por mais que sejam grupos subalternos ou produtores, eles não são homogêneos, e esse cuidado metodológico nós também buscamos empregar ao examinar uma formação social pré-capitalista como a romana, para nós isto denota a complexidade das relações sociais em Roma.

das dívidas e do endividamento nesse período: as relações Roma-Egito. No caso, a necessidade de se compreender como se davam essas relações, compreende o ponto nodal para, aliás, compreender melhor como Roma conduzia suas relações diplomáticas com outras nações, sobretudo com nações governadas por um *rex*, assim como examinar como as elites romanas exerciam sua dominação sobre outros povos – e outras elites – no Mediterrâneo Antigo.

NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS CONSTRUÍDAS ENTRE ROMA E EGITO NO SÉCULO I AEC

Nessa seção procuraremos demonstrar que os grupos sociais dominantes de Roma se utilizaram das vicissitudes imprevisíveis e inconstantes da monarquia egípcia para fazer avançar seu projeto de poder imperial. No caso, ao examinarmos as ações de Rabirio Póstumo enquanto credor do rei Ptolomeu Auletes, e como tesoureiro dele, faremos uso do argumento que a função social de suas ações estiveram em comum acordo com precedentes históricos da própria *nobilitas* ao se seguir uma lógica de garantia de meios e fins, desprovidas da moralidade defendida na ideologia tradicionalista exposta por Cícero.

Para elucidar os elementos que permearam tais reflexões é necessário fazer uma breve exemplificação da organização política do Egito naquele período. No período, o Egito era governado por uma dinastia, com origem de um dos velhos generais de Alexandre da Macedônia, que foi conhecida como a dinastia Ptolomaica. Sendo, portanto, uma dinastia mais grega do que “egípcia”, era uma dinastia de conquistadores do Egito.⁶³

Além disso, os monarcas sequer dominavam a língua de seu povo à época, pois tinham o grego como primeira língua. A relação de dominação encabeçada pela coroa ptolomaica e seus aliados mais próximos das elites egípcias combinava fatores de expropriação do trabalho escravizado, altos impostos, e o fato de serem uma dinastia de conquistadores do Egito (e não egípcia). Isso reforçava um sentimento de inconformidade que configurou em uma insurreição que depôs o rei Ptolomeu XII – pai

⁶³ Para uma melhor compreensão panorâmica da estrutura governamental Ptolomaica, cf. MANNING (2019, p. 109).

de Cleópatra VII e se seu irmão, Ptolomeu XIII. Deposto em virtude da inconformidade popular no Egito, Ptolomeu XII refugiou-se em Roma.

Enquanto esteve em Roma, Ptolomeu XII adquiriu vastas somas de empréstimos com credores romanos, com fins de adquirir um apoio político, militar e financeiro para retomar seu trono no Egito. Um dos homens com quem Ptolomeu XII adquiriu dívidas foi o equestre Caio Rabirio Póstumo, o qual atuava como um intermediário financeiro de outros credores. Cícero, em sua defesa, contextualiza o tribunal dessa tratativa:

Enquanto isso, Ptolomeu havia sido expulso de seu reino, e veio a Roma (...) O rei estava necessitado, e apelou a ele; e meu infeliz cliente o fez um empréstimo - e não foi o primeiro, pois ele já o havia feito sem tratar presencialmente com o devedor, que naquele momento ocupava seu trono. Ele acreditou que o empréstimo não oferecia riscos, uma vez que ninguém duvidava que o rei estava no processo de ser restaurado ao trono pelo Senado e o povo de Roma. Mas em seus presentes e empréstimos ele foi longe demais, tendo emprestado não apenas seu próprio dinheiro, mas também o de seus amigos⁶⁴ (Cic. *Rab Post*, II, 4-5).

A acusação incitou que Póstumo teve o apoio dos homens mais poderosos de Roma, Cneu Pompeu e Júlio César, para apoiar financeiramente o rei deposto⁶⁵. Isso é particularmente central para vislumbrarmos o *modus operandi* da *nobilitas* ao intervir na política de povos aliados de Roma, Cícero sobre as relações de seu cliente com Pompeu observou que “as notas promissórias foram feitas na *villa* de Gneu Pompeu em Alba, depois que seu dono havia saído de Roma” (Cic. *Rab Post*, III, 5-6), e, posteriormente, sobre a relação com César:

Mas, senhores, para que vocês saibam a verdade, se não fosse pela generosidade de Caio César, bem conhecida por todos e excepcionalmente dedicada ao meu cliente, nós teríamos há muito perdido Póstumo de nossa vida pública. Pois foi ele quem assumiu para si os problemas dos muitos amigos de meu cliente (...). Nada pode ser tirado dele, a não ser o fantasma

⁶⁴ A relação entre Ptolomeu XII e os dirigentes de Roma era muito próxima, o que também reforçava sua *fides* para com eles, como vai observar Anne-Emmanuelle Veïsse: VEÏSSE, 2019, p. 48. Peter Brunt analisando esse caso afirmou: “Auletes seria reconhecido em 59, por proposta de César, com a qual seus colegas “triumviros” provavelmente concordaram.” (BRUNT, 1988, p. 190). Sendo que o historiador já havia ido mais longe ao afirmar que César e Pompeu só teriam apoiado Ptolomeu XII por conta de suborno, o que conferiria, de fato, corrupção (BRUNT, 1974, p. 123).

⁶⁵ José Luís Brandão analisou que “(...) os três aliados trataram de assegurar o trono do Egito para Ptolomeu XII, cognominado *Auletes* (tocador de flauta), cujo reconhecimento como amigo e aliado do povo romano garantiu, segundo os rumores, uma choruda soma a Pompeio e César (Suet. *Jul.* 54.53) e que iria esta na base de problemas para César, ocorridos uma década mais tarde em Alexandria” (BRANDÃO, 2015, p. 394).

de sua dignidade de outrora, e que somente Caio César auxilia e patrocina (Cic. *Rab Post*, XV, 41).

E ainda:

(...) Ele [César] encontrou um cavaleiro romano, seu antigo amigo, e seu devoto e afetuoso admirador, sucumbindo não por licenciosidade, ou por desperdício descalculado e extravagância de suas paixões, mas por meio do esforço de aumentar seu patrimônio; ele estendeu a ele uma mão amiga; ele o impediu de sucumbir; ele o sustentou e apoiou pela sua bolsa, sua fortuna e proteção; e até hoje ele continua a sustentá-lo (Cic. *Rab Post*, XVI, 43).

No caso, é importante reiterar que Cícero estava se comunicando com um tribunal composto por senadores e equestres, e que, pelos motivos políticos que já mencionamos, os nomes desses dois senadores proporcionaram, necessariamente, um peso fundamental nas decisões que seriam tomadas pelo júri de pares. Portanto, ao mesmo tempo que Cícero nos apresenta o vínculo de César e Pompeu com a trama acerca do controle do trono egípcio, ele também busca vincular o seu cliente aos homens mais poderosos de Roma – no caso de César, ele o alça à posição de amigo, além de aliado – para fazer jus a um argumento de autoridade em defesa de Póstumo.

Por consequência, Ptolomeu XII conseguiu retomar seu trono no Egito. Mas as suas vultosas dívidas tiveram severas consequências: a atuação de Póstumo no Egito, atuando como funcionário do rei para cobrar impostos que servissem para quitar suas dívidas, acabou se mostrando desastrosa a ponto de promover tumultos. Porém, tendo em vista a controvérsia de um homem romano ter se sujeito ao papel de súdito de um monarca, e ter feito dessa função pretexto para oprimir o povo egípcio em prol de seus ganhos financeiros, Cícero fez as seguintes argumentações:

Mas foi alegado que ele era o Tesoureiro do rei. Sim, de fato, e também era o prisioneiro do rei, e por detalhes não teve sua vida tomada. Ele teve de enfrentar muitas outras coisas também, às quais os caprichos do rei e a força das circunstâncias o impeliram a enfrentar; e por tudo isso ele pode apenas ser censurado por um simples fato - ele ter entrado no reino e ter se sujeito ao poder do rei. A bem da verdade, foi um ato tolo. O que é mais tolo do que um cavaleiro romano, cidadão de um Estado que sempre esteve e sempre estará acima de todos os outros, ir até essa cidade, um lugar em que ele é forçado a se tornar um escravo obediente de outro? (Cic. *Rab Post*, VIII, 22-23).

E, finalmente, “Ele se portou como um déspota em Alexandria”, diz o acusador. Ao contrário, ele foi vitimizado pelo mais arbitrário dos despotismos. Ele próprio teve de enfrentar a prisão, viu seus amigos serem postos em correntes, a morte estava a todo momento fitando-o, e, finalmente, nu e necessitado, ele fugiu do reino.” (Cic. *Rab Post*, XIV, 38-40) (tradução nossa). Ou seja, Cícero legitimou o uso da força e da coerção por parte de seu cliente em uma situação desfavorável, uma vez que ele estava em uma “situação impossível” enquanto um prisioneiro de luxo do rei do Egito.

O que resta compreender desse caso especificamente é: por que o Egito era tão estratégico para os romanos? Ou seja, precisamos adentrar em reflexões de cunho geopolítico no Mediterrâneo Antigo, que uniu intervenção política com uso militar ao endividamento.

Nossas respostas se encontram em uma análise dialética e crítica dos acontecimentos que se sucederam ao apoio de grandes credores de Roma junto a esse monarca egípcio deposto. Fato é que o Egito, depois da Sicília, era o maior exportador de grãos para Roma. Torna-se evidente o porquê seria interessante que se mantivesse o Egito atrelado, dependente, ligado, submisso, aos romanos, pois um conflito com o Egito não era geopoliticamente interessante, justamente porque Roma era extremamente dependente do Egito para alimentar seus cidadãos.

Esse é o grande paradoxo da relação de dominação naquela superestrutura organizacional do Mediterrâneo Antigo⁶⁶. Roma, que conseguiu se impor na condição de soberana nessa relação com o Egito, dependia absolutamente da produção de grãos do Egito para sobreviver. Sem dúvidas, uma interessante pesquisa sobre algo prévio ao que se entende no capitalismo tardio como “teoria da dependência” seria profícuo de se fazer, mas, como já foi dito previamente, uma investigação nesse sentido estaria além dos objetivos dessa pesquisa e desse trabalho.

Os romanos eram famosos por seus problemas em suas relações diplomáticas⁶⁷, principalmente quando tratavam com monarcas estrangeiros. A respeito dos motivos, é importante dar um passo para trás e observar a história da fundação da República.

⁶⁶ Ernst Badian, ao debater o imperialismo romano, observou que o método empregado à época para manter a soberania romana era o de impor aos outros povos uma política de: “fraqueza e fragmentação, com inspeção constante.” (BADIAN, 1968, p. 3).

⁶⁷ Esse tema já passa a incorporar discussões sobre o sentido do imperialismo romano, um panorama desse debate é feito por Alexander Yakobson (2009, p. 57-63).

Primeiramente, sobre a deposição dos Tarquínios, sobre a luta contra a tirania e sobre o impacto cultural que a luta contra a centralização do poder vai exercer nas elites romanas – ao exemplo de que o xingamento a outro político que parecia estar buscando adquirir mais popularidade sempre se atrelava ao fato de que ele poderia estar buscando se tornar um *rex* (YAVETZ, 1969, p. 49). De fato, os romanos não eram admiradores de monarcas. Tais pontuações tornaram-se nítidas em algumas das acusações inquiridas contra Póstumo em seu julgamento, que são dedicadas a criticá-lo por tornar-se um vassalo de um monarca estrangeiro. Portanto, para os romanos, sobretudo para a elite romana, tornar-se um servo de outro homem, sendo um cidadão romano, poderia ser relacionado a ceder seu próprio corpo para atender às demandas de outrem. No caso, renunciar a sua própria tomada decisória de ações, para se tornar um escravizado.

Segundo os argumentos de Cícero na defesa de Rabirio, suas ações, por mais criticáveis e repreensíveis que fossem – à ótica da moralidade da ideologia conservadora das elites⁶⁸ – eram uma necessidade objetiva em se tratando de questões objetivas. A conclusão de Cícero é que Rabirio Póstumo, para ter o retorno financeiro, deveria ter feito exatamente o que fez. O orador reforça esse ponto posteriormente em sua digressão ao apresentar precedentes históricos: Cícero menciona outros casos, aliás, engloba até mesmo homens famosos e respeitados na história de Roma, que tiveram de agir de maneira análoga ou idêntica para com monarcas estrangeiros para atender aos mesmos objetivos que Póstumo. O advogado, dessa forma, banaliza e normaliza o comportamento de seu cliente, apresenta que tal comportamento era costumeiro e uma necessidade por conta das relações de negociação com povos estranhos a Roma. O precedente histórico foi um argumento central na defesa de Cícero:

Além do mais, a acusação precisará apresentar uma defesa a Publio Rustílio Rufo; ele, tendo caído nas mãos de Mitrídates em Mitilene, escapou da crueldade a qual o rei demonstrou a todos os que estivessem vestindo a toga, por mudar sua vestimenta. Então, Rutílio, que era para nossos concidadãos um modelo de virtude, da antiga honra, e de sabedoria e que, além do mais, era um ex-Cônsul, vestiu sandálias e uma capa e ninguém, naquela época,

⁶⁸ E Marx já havia ressaltado essa questão ao analisar as formações sociais antigas, comparando-as às medievais, quando compreendeu corretamente que: “onde há escravidão, os libertos buscam sua subsistência em tais atividades [artesanato e comércio], muitas vezes acumulando riqueza: por isto, na antiguidade, estas atividades estavam geralmente nas mãos deles e, portanto, eram consideradas impróprias para os cidadãos” (MARX, 1985, p. 73).

achou necessário imputar julgamentos ao homem, entendendo as circunstâncias em que ele se encontrava (...). Pois, assim que Póstumo chegou à Alexandria, senhores, o rei propôs a ele, como única condição de que ele mantivesse sua riqueza, que este se submetesse à administração como súdito real. E isso só poderia ser feito mediante sua indicação como Tesoureiro - pois esse era o título usado pelo governante daquele reino. Toda a questão era desagradável para Póstumo, mas estava absolutamente fora de cogitação que ele negasse (Cic. *Rab Post*, X, 26-28).

Mas o que esses elementos podem trazer a mais para o investigador? Eles nos dizem que Roma era extremamente arrogante em suas tratativas com monarquias estrangeiras; nos dizem que Roma, após a derrota definitiva de Cartago, quando passou a chamar o Mediterrâneo de *Mare Nostrum*, exerceu de fato um poder imperial sob os demais povos da época; que a função de se ter um monarca de uma nação que era fornecedora de víveres a Roma em sua dependência imediata era definitivamente estratégico para a elite romana da época; que o intermediário Póstumo foi potencialmente uma peça fundamental nesse jogo de poder dos romanos.

CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo foram apresentados diversos momentos fundamentais em que os intermediários financeiros tiveram direta participação. Introduzimos a ambientação histórica que levou aos anos de 54-53 AEC, quando Rabirio Póstumo surge em nossas investigações. Também questionamos – analisando a realidade concreta que nós estamos investigando do século I AEC – a organização social romana da época. Nos perguntamos como, mediante as relações político-econômicas entre Roma e Egito, os intermediários se inseriam no jogo de dominação dos romanos. Concluiu-se que estes operavam em função dos interesses das elites dominantes de Roma, atendendo a seus objetivos. Por serem as finanças um meio para atingir tais fins, o que permitiu trazer diversos questionamentos, os quais visam explicar qual seria a função social dos intermediários financeiros, das finanças, das dívidas e do endividamento na República tardia.

Esperamos que a conexão entre os elementos de ambientação do recorte examinado – tal qual o tema – e a análise mais estrita do objeto, a ser aprofundados mediante mais debates, mais pesquisas e mais estudos dos efeitos às causas, proporcionem respostas para essas perguntas, ou, pelo menos, forneçam novos

questionamentos para aprofundar as reflexões e investigações sobre as relações financeiras no final da República Romana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO

CICERO, Marcus Tullius. *De Officiis*. Londres: Loeb Classical Library, 1912.

CICERO, Marcus Tullius. *Pro Rabirio Postumus*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 362-413.

BIBLIOGRAFIAS

ANDREAU, Jean. *Banking and Business in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Madrid: Alianza Universidad, 1996.

BADIAN, Ernst. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: Basil Blackwell, 1968.

BRANDÃO, José Luís. A primazia de César: do “1º triunvirato” aos idos de março. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. *História de Roma*. v.1 das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 389-427.

BRUNT, Peter. *Social Conflicts in the Roman Republic*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1974.

BRUNT, Peter. *The Fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

CARDOSO, Ciro. *Sete Olhares Sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora UnB, 1994.

CARTAXO, Ian. Violência e Finanças no Mediterrâneo Antigo: Alguns dos Conflitos Sociais e Políticos do Final da República Romana. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Lisboa, v. 27, n. 1–2, p. 13-34, 2023.

FINLEY, Moses Isaac. *Ancient Economy*. Berkeley: University of California Press, 1999.

FLOWERS, Harriet. *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

FREDERIKSEN, Martin. Caesar, Cicero and the Problem of Debt. *The Journal of Roman Studies*, Londres, v. 56, Parts 1 and 2, p. 128-141, 1966.

GAIA, Deivid Valério. Credores, devedores e os poderes públicos em Roma durante a Guerra Social (91 – 88 A.C): A crise financeira de 89 a.C. *Revista Poder & Cultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n.6, p. 30-43, 2016.

GAIA, Deivid Valério. Profissionais das finanças na Antiguidade Romana: os *Faeneratores* no final da República e início do Império. *História Unisinos*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 3, p. 651-660, 2018.

GIOVANNINI, Adalberto. *Catilina et le problème des dettes*. In: MALKIN, I.; RUBINSON, Z.W. *Leaders and Masses in the Roman World*. Leiden: Brill, 1995, p. 15-32.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere v. 3*. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere v. 4*. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere v. 5*. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HARRISON, Ian. *Catiline, Clodius, and Popular Politics at Rome during the 60s and 50s BCE*. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, Londres, v. 5, p. 95-118, 2008.

LUKÁCS, György. *Lenin. Um estudo sobre a Unidade de seu Pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANNING, Joseph. *The Ptolemaic Governmental Branches and the role of temples and elite groups*. In: VANDORPE, Katelijn. *A Companion to Greco-Roman and Late Antique Egypt*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019, p. 103-118.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAUH, Nicholas. *Cicero's Business friendships: Economics and Politics in the Late Roman Republic*. *Vita e Pensiero, Aevum, Anno 60*, Fasc. 1, p. 3-60, *gennaio-aprile*, 1986.

ROYER, Jean-Pierre. *Le problème des dettes a la fin de la République Romaine*. *Revue historique de droit français et étranger* (1922-), Paris, Quatrième série, v. 45, p. 407-450, 1967.

VEÏSSE, Anne-Emmanuelle. *The Last Pharaohs: The Ptolemaic Dynasty and the Hellenistic World*. In: VANDORPE, Katelijn. *A Companion to Greco-Roman and Late Antique Egypt*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019, p. 35-50.

VERBOVEN, Koenraad. *Faeneratores, negotiatores and financial intermediation in the Roman world (late Republic and early Empire)*. In: VERBOVEN Koenraad. & VANDORPE

Katelijn. & CHANKOWSKI Véronique. (eds.), *Pistoi dia tèn technèn. Bankers Loans and Archives in the Ancient World. Studies in honour of Raymond Bogaert*. Leuven: Peeters, 2008, p. 211-229.

VERBOVEN, Koenraad. *Fenerator*. In: BAGNALL, Roger.; BRODERSEN, Kai; CHAMPION, Craige.; ERSKINE, Andrew; HUEBNER, Sabine. (orgs). *The Encyclopedia of Ancient History*. Nova York: Blackwell, 2015, p. 2654-2655.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: volume 1. Brasília: UnB, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

YAKOBSON, Alexander. *Public Opinion, Foreign Policy and "Just War"*. In: EILERS, Claude. (ed.). *Diplomats and Diplomacy in the Roman World*. Leiden: Brill, 2009, p. 45-72.

YAVETZ, Zvi. *Plebs and Princeps*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

YAVETZ, Zvi. *The Failure of Catiline's Conspiracy*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Erfurt, Bd. 12, H.4, 1963, p. 485-499.